

[Acesse a Edição](#)**ATA: ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 – COMURB DE 25 DE JANEIRO DE 2023**

Edição: 6743 | 1ª Edição | Ano XXIX | Publicada em: 19/04/2023

COMURB - Conselho Municipal de Mobilidade Urbana

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 – COMURB DE 25 DE JANEIRO DE 2023**

Aos vinte e cinco dias do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, na sala 2 do Espaço Multiuso da Prefeitura de Belo Horizonte, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária de 2023 do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana - COMURB, instituído pela Lei Municipal nº 11.181/19, de 08 de agosto de 2019, convocada pelo Presidente do Conselho, André Dantas, Superintendente de Mobilidade Urbana do Município de Belo Horizonte, conforme publicação no Diário Oficial do Município - DOM, no dia 16 de dezembro de 2022.

Presentes à reunião as Conselheiras e Conselheiros, conforme na lista de presença em anexo.

A reunião teve a seguinte pauta:

1. Apresentação preliminar;
2. Regimento Interno;
3. Proposta de diligência ao Projeto de Lei nº 332/2022;
4. Apresentação do Projeto da Avenida Afonso Pena;
5. Outros.

Iniciada às 9:12h pelo Presidente do Conselho, Sr. André Dantas, com a apresentação dos representantes presentes, e que deu boas vindas a todos e afirmou o compromisso da PBH em priorizar o transporte coletivo para melhoria de atendimento aos cidadãos, bem como da importância da retomada dos trabalhos e reuniões do COMURB.

Na sequência foi feita a apresentação da pauta da reunião e a apresentação das atribuições do COMURB, estabelecidas na Lei nº 11.181/19 e Decreto nº 17.612/21.

Aberta a fala aos presentes, o Conselheiro José Luís, representante da Secretaria Municipal da Fazenda, solicitou o envio das apresentações do dia para os presentes. O Conselheiro André Veloso, representante do Setor Técnico, solicitou a leitura do art. 333 da lei 11.181/19 para melhor entendimento do art. 334. O Presidente André Dantas, comentou sobre a necessidade e importância do COMURB para discutir, criticar e recomendar alterações dos indicadores do PlanMob-BH. Explicou também os demais itens do art. 1º do decreto nº 17.612/2021. O Conselheiro Marcos Innecco, representante do Setor Empresarial, questionou se os indicadores já estão sendo revistos hoje. O Presidente André Dantas respondeu que está previsto para as próximas reuniões e que na presente reunião, por se tratar de reabertura dos trabalhos, o tempo não será suficiente. O Conselheiro Luciano Medrado, representante do Setor Empresarial, fez um relato sobre o funcionamento anterior do conselho e sugeriu a utilização da agenda definida na 6ª Conferência CMPU. Apresentou proposta de transformar o COMURB em conselho deliberativo e paritário. O Conselheiro André Veloso, representante do Setor Técnico, comentou que não pode haver separação da técnica e política nas discussões e decisões sobre mobilidade urbana. Questionou quais são os instrumentos de gestão e informou que na sua avaliação não está claro na lei. André Dantas respondeu sobre os instrumentos de gestão, que são as metas indicadores e informou que serão tratados no COMURB.

Encaminhamento: será elaborado documento com os instrumentos de gestão do Comurb.

Passando ao item II da pauta, sobre o Regimento Interno, Lucas Colen, realizou a leitura dos trechos com necessidade de definição por parte das conselheiras e dos conselheiros, que definiram o seguinte:

A periodicidade da realização das reuniões ordinárias será a cada 2 meses. O formato das reuniões será híbrido, ficando a critério do Presidente, quando da convocação, sendo pelo menos uma reunião presencial por ano. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis. As reuniões terão sua pauta previamente distribuída aos membros do Conselho e terão necessariamente a seguinte sequência: abertura da sessão e informes; aprovação da pauta; debate e votação da ata da reunião anterior; leitura, debate e votação dos pareceres em pauta, conforme Decreto Municipal nº 17.612/21; analisar, examinar e apreciar as matérias em debate; anúncio de assuntos que serão eventualmente incluídos na pauta da reunião seguinte; encerramento. O Conselheiro Marcos Innecco fez uma proposta para realização de reunião extraordinária em fevereiro, com menor intervalo que o normal, com a seguinte pauta: agenda definida na 6ª Conferência Municipal CMPU; discussão sobre indicadores do PlanMobBH. O Presidente André Dantas registrou os pedidos enviados pelo Vereador Bráulio que necessitou se ausentar da reunião: sugestão de reuniões virtuais gravadas e publicadas em portal; solicitação de envio da ata anterior junto com a convocação para a próxima reunião. Todos concordaram com as definições apresentadas. A minuta do Regimento será encaminhada quando da convocação da próxima reunião.

Na sequência, foi tratado o item III da pauta, sendo que o Presidente André Dantas informou que a Procuradoria Geral do Município – PGM, emitiu parecer sobre a legalidade do Projeto. Também foi levantada a competência do COMURB para emitir parecer sobre o tema. O Conselheiro André Veloso, representante do Setor Técnico, ponderou que o PL é um instrumento legal para abertura do processo e acionamento de cláusulas de contrato. O Conselheiro Vereador Wesley, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte, reforçou a importância do instrumento de diligência. O Conselheiro Leandro Pereira, representante da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, pontuou ser de grande importância definir os limites do conselho e também a importância do entendimento jurídico a respeito. Sugeriu disponibilizar o parecer da PGM para conhecimento de todos. A Conselheira Sônia, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ponderou ser completamente estranho ou incompetente ao Conselho as definições e/ou tomadas de decisão sobre a incorporação do serviço de transporte público pelo município.

Passando ao último ponto da pauta, item IV, o Conselheiro Arthur Rodolfo, representante da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte fez a apresentação do Projeto Avenida Afonso Pena. O Presidente André Dantas abriu a apresentação informando que tomou conhecimento sobre o projeto tão logo que chegou na BHTRANS e que devido à sua relevância, tratou logo de levar à discussão com o Prefeito e a CDL. Informou também que foi necessária a decisão de dar “um passo atrás” para melhorar as discussões e entendimentos com maior participação de todos envolvidos e sobre a importância do Conselho em trazer as contribuições e anseios das sociedades. Destacou também a importância sobre o equilíbrio das soluções envolvidas na proposta. Passada a palavra ao Conselheiro Arthur Rodolfo, Diretor de Projetos Estratégicos e Inovação da SUMOB, que fez a apresentação do projeto destacando os objetivos, estratégias, contextos e trajetória (fases). Destacou ser um processo em construção e na sequência apresentou destaques do projeto. A apresentação está anexada a esta Ata. Aberto para as discussões, o Conselheiro Sérgio Souza, representante da Comissão Regional de Transportes e Trânsito do Município de Belo Horizonte da Região Centro-Sul, apresentou preocupação com a manutenção do corredor SOS para a priorização de ambulâncias para a área hospitalar e solicitou realizar campanha educacional sobre o uso das cicloviárias. A Conselheira Amanda Corradi, representante do Setor Técnico) ponderou que as discussões ocorreram após projeto finalizado, não sendo o ideal. Questionou a previsão da conclusão da revisão. Solicitou a liberação dos arquivos de projeto em revisão para a avaliação. Solicitou o levantamento de árvores. Solicitou plano de funcionamento da ciclovia durante o horário de realização da Feira de Artesanato. O Presidente André Dantas ponderou que os projetos foram apresentados na consulta pública e que o espaço aberto foi disponibilizado. O Conselheiro Arthur Rodolfo disse que o projeto anterior está disponível no portal da PBH e que as revisões estão em discussão aberta com os representantes da sociedade. O Conselheiro Marcos

Apresentou também a preocupação com o comércio para não repetir o que aconteceu da Av. Pedro II. Destacou a necessidade de definição de indicadores para avaliar a efetiva utilização das ciclovias, uma vez que a redução das faixas de trânsito pode ser pior, do ponto de vista ambiental, caso a ciclovia e faixa exclusiva não alteram diretamente as pessoas retirando-as dos automóveis. O Conselheiro Luciano Medrado fez um breve resumo sobre as conclusões da 6º CMPU. Destacou que não existem estudos de impacto econômico e que não foram apresentadas soluções para a logística urbana de cargas e para o abastecimento do comércio local. Informou haver um desequilíbrio do investimento orçado para a implantação do projeto: pedestres x ciclovias x transporte x sinalização. Destacou que o projeto não contempla motocicletas, sendo que este modo representa 14 % da movimentação na cidade. Destacou a necessidade de interação com projetos de requalificação da área central. André Dantas respondeu que todos os pontos destacados serão tratados, e que, sobre motocicletas, trata-se de um problema estrutural nacional que não pode ser incentivado. O Conselheiro André Veloso, concordou com a Senhora Amanda sobre a falta de acesso aos projetos em revisão ou já revisados. Sobre as ilhas de pedestres, ponderou que nem sempre são para melhorar a conversão dos ônibus. Destacou que softwares da simulação de trânsito não servem para definições de mobilidade ativa. A Conselheira Joana Brasil, representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, questionou se o projeto considera a redução de velocidade na avenida. O Conselheiro Arthur respondeu que as medidas estão sendo implantadas em etapas. O Conselheiro Washington de Souza, representante da Comissão Regional de Transportes e Trânsito do Município de Belo Horizonte da Região Noroeste, apresentou preocupação quanto à possibilidade de os motociclistas utilizarem ciclovias como viário. O Senhor Cristiano Scarpelli manifestou satisfação e apoio ao projeto, que é o primeiro em uma grande avenida em BH. Ponderou que a implantação da ciclovia é que atrai o uso. Convidou a todos para a participação da massa crítica da Afonso Pena em apoio ao projeto. Ponderou que as ilhas são muito importantes em alguns locais específicos, que não é necessário eliminar em todos os locais. O Conselheiro Vereador Wesley discorreu sobre a importância do projeto e a grande necessidade de tratamento de importante via da cidade. O Conselheiro Rogério Costa, representante da Comissão Regional de Transportes e Trânsito do Município de Belo Horizonte da Região Barreiro destacou a importância econômica da motocicleta na sociedade como instrumento de renda e emprego e também da grande contribuição para a logística urbana de cargas.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 11h10.

Documentos anexos à Ata:

Apresentação 1ª Reunião

Apresentação Afonso Pena

Lista de Presença - Conselheiros

Lista de Presença - Convidados

[← Voltar](#)